



v. 12, n. 1: Patrimônio cultural em debate: balanços e desafios – 2023 – ISSN 2316-395X

Museu Histórico de Campos dos Goytacazes e os desafios para sua implementação

Historical Museum of Campos dos Goytacazes and the challenges for its implementation

Museo Histórico de Campos dos Goytacazes y los desafíos para su implementación

Bárbara Cruz Aguiar¹
Simonne Teixeira²
Aline dos Santos Portilho³

Recebido em: 29 ago. 2022
Aceito para publicação em: 13 fev. 2023

¹ Mestra em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf). Bacharelada em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Museóloga no Museu Histórico e Pedagógico Professor Flávio da Silva Oliveira.

² Doutora em Filosofia e Letras (História) pela Universitat Autònoma de Barcelona. Docente na Uenf. Bolsista de Produtividade PQ2/CNPq. Docente permanente nos Programas de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Ciências Naturais, ambos da Uenf.

³ Doutora e mestra em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Graduada em Produção Cultural pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordenadora de Cultura no Instituto Federal Fluminense (IFF) – *Campus Centro*.

Resumo: A trajetória do Museu Histórico de Campos dos Goytacazes é apresentada neste artigo a partir dos anos de 1990 até a sua implementação em 2012 e tendo por base a história do Solar do Visconde de Araruama. O propósito é conhecer e entender o processo político-cultural de Campos dos Goytacazes que possibilitou a criação do Museu. Para narrar esse percurso foi feito levantamento bibliográfico em jornais locais, documentos e entrevista. A conclusão é de que a falta de preservação para com o solar gerou mobilização em setores da população campista, culminando na inauguração do Museu uma década depois.

Palavras-chave: preservação; patrimônios históricos; Solar do Visconde de Araruama; Museu Histórico de Campos dos Goytacazes.

Abstract: The trajectory of the Historical Museum of Campos dos Goytacazes is presented in this article from the 1990s until its implementation, in 2012, based on the Solar do Visconde de Araruama's story. The objectives were to know and to understand the political-cultural process of Campos dos Goytacazes that made the creation of the museum possible. To narrate this journey, a bibliographical survey was carried out in local newspapers, documents, and interviews. The conclusion is that the lack of preservation towards the manor house generated mobilization in sectors of the camper population, culminating in the inauguration of the museum a decade later.

Keywords: preservation; historical heritage; Solar do Visconde de Araruama; Historical Museum of Campos dos Goytacazes.

Resumen: La trayectoria del Museo Histórico de Campos dos Goytacazes se presenta en este artículo desde la década de 1990 hasta su implementación, en 2012, con base en la historia del Solar do Visconde de Araruama. Los objetivos fueron conocer y comprender el proceso político-cultural de Campos dos Goytacazes que hizo posible la creación del museo. Para narrar ese recorrido, se realizó un levantamiento bibliográfico en periódicos locales, documentos y entrevistas. La conclusión es que la falta de conservación hacia la casa señorial generó la movilización de sectores de la población campera, culminando con la inauguración del museo una década después.

Palabras clave: preservación; herencia histórica; Solar do Visconde de Araruama; Museo Histórico de Campos dos Goytacazes.

INTRODUÇÃO

Conhecer a trajetória do Solar do Visconde de Araruama, contextualizada com o período histórico-cultural desde os anos de 1990 na cidade de Campos dos Goytacazes, é entender parte da trajetória do Museu Histórico do município, o processo de sua implementação e sua missão na sociedade campista.

A contextualização também é trazida por meio dos debates que ocorriam no setor cultural-museológico tanto no município como no Brasil nesse mesmo período, porque todo processo que envolve um museu – planejamento, implementação, abertura e funcionamento – é regido por leis e diretrizes nacionais específicas direcionadas a tal âmbito.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi feito o levantamento bibliográfico acerca da temática gestão de museus, da legislação para o setor museológico brasileiro e da legislação local, para analisar as políticas públicas que foram propostas, bem como se eram consonantes, e dos documentos administrativos do museu, a fim de verificar se a proposta intelectual coincidia com as práticas/ações. Também se efetuou um levantamento em jornais locais, buscando compreender o contexto histórico da criação do museu e ainda

confrontar os dados com a entrevista concedida às pesquisadoras por um dos autores do projeto museológico aplicado na ocasião.

A pesquisa foi realizada no ano de 2021, durante a pandemia, como parte do levantamento de dados para a escrita de dissertação de mestrado que buscou avaliar a narrativa expográfica do museu objeto de estudo deste trabalho.

À ESPERA DO MUSEU HISTÓRICO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

O município de Campos dos Goytacazes está localizado no norte do Rio de Janeiro, a 286 km da capital – a cidade do Rio de Janeiro –, sendo o maior do estado em extensão territorial, com 4.027 km² (SILVA NETO, s. d.). Foi elevado à categoria de cidade em 1835 (IBGE, 2022). Historicamente, estruturou-se desde a sua ocupação no século XVII e em função da agropecuária, prevalecendo posteriormente o cultivo da cana-de-açúcar associada ao processamento local da matéria-prima.

A partir do final do século XVIII, verifica-se o crescimento econômico da região, o que provoca uma profunda modificação na paisagem, fazendo-se necessária a instauração de serviços públicos e melhorias na infraestrutura da cidade; tais processos produziram grandes transformações no espaço urbano da sede do município (TEIXEIRA, 2008a). O Solar do Visconde de Araruama, prédio localizado na Praça São Salvador, n.º 40, no qual está instalado o Museu Histórico de Campos dos Goytacazes (MHCG), foi construído no final do século XVIII, acompanhando tal processo de urbanização.

O MHCG é um museu público de acordo com o Estatuto Brasileiro de Museus, art. 13, e está vinculado à Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima (FCJOL), órgão cultural da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes (PMCG). Sua localização é considerada de relevância patrimonial, o centro histórico da cidade, onde se encontram a catedral e outros prédios, além do Solar do Visconde de Araruama, tais quais o Hotel Gaspar, a Lira de Apolo e o Hotel Amazonas, também tombados provisoriamente pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac) (INEPAC, 2020).

De acordo com as informações que constam no *site* do Inepac, o processo de tombamento do museu foi arrolado a pedido da sociedade civil organizada. A entrada do referido processo consta do ano de 1985, e o tombamento provisório, de 23 de julho de 1987. Não há registro de tombamento definitivo para o prédio.

A edificação é formada hoje por dois edifícios: o antigo solar, posteriormente convertido em Câmara Municipal, e um edifício adjacente, inicialmente ocupado pelo Corpo de Bombeiros, mas que passou a abrigar a Biblioteca Municipal. Outros usos dos dois edifícios convertidos em um mesmo conjunto foram: Tribunal do Júri, sede da Prefeitura, Secretaria de Fazenda, Instituto Histórico e Geográfico, Projeto Museu (NAGIMI, 2005) e Museu Campos dos Goytacazes (MCG), até ser interditado pela defesa civil em 1997 (TEIXEIRA, 2008b).

O Projeto Museu começou a funcionar no solar no início dos anos 1990, sob a coordenação de Sylvia Paes⁴, que, nesse período, desenvolveu exposições temáticas, pesquisas, cadastramento de materiais, representação teatral. Tal projeto foi oficializado com a criação do MCG em 1997, mas, após a interdição do solar, os funcionários e o acervo foram transferidos para a FCJOL no Palácio da Cultura (CAMPOS LEMBRA..., 1999).

⁴ Historiadora, professora, pesquisadora do Museu Campos dos Goytacazes (1991 a 2007). Foi diretora do mesmo museu (2003 a 2007), integrante do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Arquitetônico Municipal (2002 a 2008) e atualmente é diretora de Artes e Culturas da Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima.

Como confirma Everaldo Reis, funcionário do museu, em entrevista ao jornal *Folha da Manhã* em 18 de maio de 1999, durante manifestação organizada no Dia Internacional dos Museus para chamar atenção à péssima situação que se encontravam os prédios tombados pelo patrimônio histórico,

estamos entre as estantes de Nilo Peçanha, no Palácio da Cultura. Nossos documentos estão na UENF⁵ e o arquivo fotográfico na Escola Técnica. Ainda existe um material que foi encontrado em um sítio arqueológico em poder do Instituto de Arqueologia Brasileiro, enquanto ainda não temos onde guardar esses ossos e instrumentos indígenas (CAMPOS LEMBRA..., 1999).

O MCG foi criado sob a lei n.º 6.339, de 14 de maio de 1997, para funcionar no Solar Visconde de Araruama, com a finalidade de “abrigar coleções e exposições, incentivar a pesquisa, assim como a prática, desenvolvimento e difusão das atividades artístico-culturais” (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 1997), descrita no ato de sua criação mas sem nunca ter sido cumprida, como mostrou o depoimento do funcionário Everaldo Reis.

O tempo entre o início do funcionamento do Projeto Museu e a criação do MHCG foi um período turbulento para quem lidava com a cultura e o patrimônio histórico, tanto que essa questão foi tema da 1.ª Jornada de Trabalho – Memória: Contribuições para sua Preservação, realizada pelo Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico do Centro de Ciências do Homem (LEEA/CCH-UENF), no ano de 1996, na qual se abordou a ausência de políticas públicas direcionadas à preservação e conservação de patrimônios históricos.

Em tal encontro foi elaborado um documento que propunha algumas medidas de salvaguarda, preservação e conservação do patrimônio produzido na região. Ele foi assinado por 6 universidades e 15 instituições e, posteriormente, encaminhado a prefeituras, câmaras, fóruns e museus da região, após os pesquisadores participantes da 1.ª Jornada terem constatado a evasão e a destruição de patrimônio documental e arqueológico desde os anos 1960. Entre as medidas tomadas, uma delas descreve que a forma mais adequada, na época, de fazer a conservação dos acervos seria mantendo-os em instituições de credibilidade que tivessem condições de conseguir recursos para realizar os trabalhos. Em Campos dos Goytacazes, as duas instituições que cumpriam esses requisitos eram a UENF e a Escola Técnica Federal de Campos (ETFC) (UENF MOBILIZA..., 1996).

A deixa para que fossem colocadas em prática as medidas de tal documento foi exatamente a interdição do Solar Visconde de Araruama, onde deveria funcionar, na prática, o MCG. A partir de então começou a ser cobrado do poder público municipal um destino para toda a documentação que foi abandonada no solar pela Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e secretarias. Após essas instituições deixarem o local, a documentação foi encontrada por Sylvia Paes e sua equipe, quando ocuparam o espaço com o Projeto Museu.

A oficialização do MCG em meados de 1997 possibilitou que fosse firmado um convênio entre a PMCG/FCJOL, os responsáveis pelo museu, a UENF e a ETFC para recuperação e preservação desse acervo documental. Como afirma João Vicente Alvarenga, presidente da FCJOL à época: “A lei que criou oficialmente o Museu, veio permitir a busca de apoio de outros órgãos públicos e particulares e a captação de recursos para a preservação do acervo e pesquisas” (MUSEU VAI..., 1997).

Esse acervo de documentos produzido pela administração pública municipal entre os séculos XVII e XX foi transferido para a Uenf, que em 1998 foi responsável pela captação de recursos por meio de edital da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) para realizar o trabalho de higienização, catalogação e conservação do acervo, que se encontrava em estado de degradação. Já o material iconográfico, composto

⁵ Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

por fotos e plantas topográficas do plano urbanístico de Coimbra Bueno de 1940 a 1942, e as plantas topográficas da Companhia Inglesa de Água e Esgoto de 1888 (NOVO ABRIGO..., 2002) ficaram sob os cuidados da ETFC.

Enquanto isso existia a expectativa, por parte da equipe do MCG, das entidades e de pessoas preocupadas com a preservação do patrimônio local, pela restauração do Solar do Visconde de Araruama para abrigar o Museu de Campos dos Goytacazes. Tanto que em maio de 1999 – mais especificamente no Dia Internacional dos Museus – foi realizada uma manifestação que divulgou uma carta de apoio na qual era pedida a restauração do prédio do museu para que pudesse ser abrigado o acervo que estava sob a responsabilidade de uma pesquisadora da Uenf⁶ e de Sylvia Paes, da FCJOL. Essa carta teve apoio de instituições educacionais, Secretaria de Turismo, bandas marciais campistas etc. (MANIFESTAÇÃO..., 1999).

No ano de 2000, no mesmo período do Dia Internacional dos Museus, a FCJOL e a Uenf organizaram eventos que abordaram a temática em Campos dos Goytacazes. Na Praça São Salvador, a FCJOL organizou uma manifestação com diversas atividades (DIA DO MUSEU, 2000b). A Uenf, por meio das professoras Simonne Teixeira e Tereza Peixoto, convidou o diretor do Instituto do Planejamento Urbano, José Luiz Puglia, para falar sobre o projeto de reforma do Solar do Visconde de Araruama (DIA DO MUSEU, 2000a). Puglia anunciou, no entanto, que as obras ficariam para o próximo ano, uma vez que a legislação eleitoral não permitia que se deixassem obras inacabadas entre um governo e o outro.

Em outubro de 2003 ainda era aguardada a restauração do solar, mas, de acordo com a arquiteta Silvana Castro, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Campos (Ippucam), o projeto para a restauração estava em fase de licitação, começaria naquele mesmo ano (2003) e se concretizaria no ano seguinte (2004). A diretora do museu à época, Sylvia Paes, ao saber da notícia, disse: “torna-se necessário a tomada de providências que antecipem a instalação da instituição, [...], no que tange a abertura de concurso público para o preenchimento das vagas necessárias ao bom andamento dos trabalhos históricos” (CAMPOS, 2003, p. 1). Para ela, o bom funcionamento da instituição dependia da obtenção de especialistas para desenvolver as atividades dos diversos setores que compõem um museu.

Os fatos mencionados evidenciam, a nosso ver, a ausência de planejamento e, conseqüentemente, de políticas públicas para o setor cultural. Esses apontamentos são facilmente constatados ao se observar a trajetória de tal âmbito. As instituições museológicas e arquivísticas, em que pesem a importância histórica do município e o rico acervo documental, permaneceram então relegadas ao descaso do poder público.

A partir de 2003, quando foi instituída a Política Nacional de Museus (PNM), que tem como objetivo “promover ações de valorização, modernização e ressignificação dos museus brasileiros” (CHAGAS; NASCIMENTO JR., 2009, p. 10), o Brasil intensificou a discussão sobre políticas públicas e promoveu momentos de debates sobre museus, o entendimento acerca deles e o que esperar de forma mais descentralizada. O ponto alto aconteceu no ano de 2009, com a instituição do Estatuto de Museus e a criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram).

O Estatuto de Museus é considerado o marco mais importante para a Política Nacional de Museus; é uma lei que envolve a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, além dos equipamentos de direito privado que desenvolvem atividades em consonância com os museus. O estatuto dispõe quais são as regras gerais que devem ser analisadas e que podem ser acrescentadas pelos estados (BRASIL, 2017).

Já o Ibram foi criado como uma autarquia federal, ou seja, uma entidade autônoma e descentralizada, vinculada ao Ministério da Cultura, fiscalizada pelo governo federal, que possui personalidade jurídica de direito público, recursos próprios e deve atuar de forma independente.

⁶ Profa. Simonne Teixeira, uma das autoras deste artigo.

Também em 2009 o Ministério da Cultura lançou um documento chamado *Subsídios para a criação de museus municipais* (CHAGAS; NASCIMENTO JR., 2009), que tem por objetivo incentivar a criação desse tipo de museu. Nesse documento, foi proposta uma “nova imaginação museal”, pautada na valorização da cultura local, incentivando a promoção do diálogo com a população para que o pensar e o construir museológico aconteçam com a participação da população, que produz e consome cultura.

A proposta também traz informações sobre os conceitos, princípios definidores e orientadores do que é considerado museu no Brasil de acordo com o Estatuto de Museus, além de sugestões de documentação recomendável para a criação de museus, como: documento legal que registre a criação do museu, documento que defina seu estatuto jurídico e sua natureza administrativa, regimento interno⁷, organograma, Plano Museológico⁸, local de instalação do museu⁹, plano de ocupação dos espaços¹⁰ e, quando for o caso, identificação de percursos e roteiros no território de atuação do museu.

Esse é um breve panorama do que estava acontecendo no Brasil. Em Campos dos Goytacazes, pelos idos de 2008, começava então a restauração do Solar do Visconde de Araruama. Em 2010 o governo municipal anunciava algumas obras relativas ao patrimônio histórico da cidade, como a chamada “Revitalização do Centro Histórico” (FILHO, 2010), e em 2011 estava sendo pensado e desenvolvido o que se tornaria posteriormente o MHCG.

Nesse sentido, mais próximo à entrega da restauração do solar e ainda no ano de 2011, a Secretaria de Cultura, presidida por Orávio de Campos Soares, resolveu propor uma discussão em formato de seminário para resolver o futuro dos museus em Campos, além de criar o Circuito dos Museus (MACHADO, 2011).

Em maio de 2011, Orávio e Orlando Portugal, secretário de Desenvolvimento, juntaram-se a Lúcio de Jesus, diretor de Turismo, Sylvia Paes, assessora, e Ana Néri Alvarenga, turismóloga, para pensar o seminário *Que museu que nós queremos*. Após Sylvia Paes apresentar o conceito de ecomuseu¹¹, o grupo resolveu que queria trazer a população para articular coletivamente a identidade e o direcionamento do trabalho dos museus do município. Assim buscaram ajuda com o Ibram para o planejamento do evento e a indicação de palestrantes, bem como para a sugestão de temas e estudos para grupos de trabalho. “Queremos saber o que a sociedade campista pensa dessas ideias e se desejam realmente que elas sejam viabilizadas. Partimos dessa premissa para realizarmos”, afirmou o secretário de Cultura (FERREIRA, 2011).

⁷ No qual serão estabelecidos: propósitos, objetivos, política institucional, papel e composição da diretoria, assim como formas de manutenção.

⁸ “Compreendido como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da missão da instituição museal e para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e ações de cada uma de suas áreas de funcionamento” (CHAGAS; NASCIMENTO JR., 2009, p. 14).

⁹ Seja ele virtual ou físico, permanente ou temporário, nômade ou enraizado no território, ou mesmo reunindo e combinando diferentes possibilidades.

¹⁰ Salas de exposição, reserva técnica, salas administrativas, espaço de ação educativa e cultural, espaços de serviços, espaços de circulação, sala de segurança, outros espaços.

¹¹ Ecomuseu está relacionado à ideia da conexão da comunidade com o território para o desenvolvimento, como nos mostra Mattos (2006, p. 6): “Para aquelas populações, o ecomuseu representava um fator de construção comunitária, apresentando uma inovação: a relação entre patrimônio e sociedade demonstrada pelo sentimento e pela ação. Para eles, os testemunhos do passado, traços de identidade de um território, eram de responsabilidade coletiva servindo de instrumento de educação popular para a invenção criadora do futuro”.

Em junho de 2011, a segunda reunião para a elaboração do seminário girou em torno de como o espaço dentro do MCG seria ocupado, já que as obras estavam em fase de finalização. “O Secretário de Cultura reafirmou o seu desejo de que o Museu de Campos reflita exatamente o que a comunidade sugerir como o melhor para abrigar o acervo cultural existente no município”. Outros assuntos abordados foram a capacitação de quem fosse trabalhar no museu e um meio para criar formas de fomento para realizar a manutenção, a guarda e a preservação desse equipamento e de seu acervo (CIRCUITO..., 2011).

O processo de restauração do solar, que iniciou no ano de 2008 com a reforma do telhado, durante o governo de Alexandre Mocaiber, precisou ser suspenso em razão de o prefeito ter sido afastado do cargo, a pedido do Ministério Público Federal, por suposto envolvimento em irregularidades de licitações públicas da prefeitura (PREFEITO..., 2008), sendo retomado em 2009, já no governo seguinte (LIVE..., 2020). Em 2010 iniciou-se a restauração da parte interna (MAITAN, 2011). A entrega do solar restaurado ocorreu em 23 de dezembro de 2011, pela então prefeita Rosinha Garotinho (RIBEIRO, 2011).

Esse processo foi acompanhado pelos museólogos Evaldo Portela, que no ano de 2010 foi trabalhar no IPHAN (EMPOSSADO..., 2017), e Carlos Freitas. De acordo com entrevista *online* realizada com Carlos Freitas em outubro de 2021, ambos tiveram apoio do Inepac para realizar todas as intervenções necessárias no edifício para que o museu pudesse ser instalado, como a derrubada de paredes que haviam sido acrescentadas ao longo do tempo de uso do solar, que não eram do traçado original e haviam formado cubículos que impossibilitariam a implementação de um espaço expositivo.

Em 10 de maio de 2012 o Solar do Visconde de Araruama passou a acolher, legalmente, o MHCG, inaugurado em 29 de junho do mesmo ano. No decreto em que foi criado o MHCG, sob a Lei n.º 8.300/2012, o MCG foi extinto e o Museu Casa Olavo Cardoso¹² foi transformado em Casa de Cultura (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2012a).

SOBRE O MUSEU

De acordo com o Conselho Internacional de Museus (ICOM, 2022),

um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento.

Para compreender o Museu Histórico de Campos dos Goytacazes, pesquisaram-se documentos administrativos, documentos recomendados pelo Estatuto de Museus para a criação de Museus no Brasil. Por meio deles, buscou-se identificar e entender seu processo de criação – planejamento, estratégias pensadas para sua execução e gestão – e sua missão, que é o motivo de sua existência e orienta de forma detalhada suas atividades.

De praxe, para conhecer um museu, é preciso debruçar-se sobre diferentes documentos administrativos, entre eles o decreto de criação, o projeto de criação do museu, seu regimento

¹² O Museu Olavo Cardoso foi criado no ano de 2008 com a finalidade de abrigar o acervo histórico, arqueológico, paleontológico ou qualquer bem ou objeto antigo relacionado à cultura do município e/ou Região do Açúcar. Ele foi concebido em cumprimento à vontade do usineiro campista Olavo Cardoso, que deixou registrado em testamento que “sua residência deveria ser destinada à conservação e divulgação da memória de Campos após a morte de seu último herdeiro” (CRUZ, 2022).

interno, seu plano museológico e o projeto da exposição de longa duração, porque revelam como é o museu, a quem ele serve, como ele pretende servir. Do decreto de criação ao plano museológico, a documentação vai se tornando cada vez mais detalhada, apresentando mais especificidades.

Nesta pesquisa, na busca por esses documentos, foram encontrados o decreto de criação, o projeto de criação do museu, seu regimento interno, uma coletânea de pesquisas para treinamento dos monitores, uma lista de identificação de parte do acervo em exposição, um relatório de atividades de 2012 e o projeto para a criação da reserva técnica.

Os documentos administrativos estão vinculados à ideia de gestão do museu e, segundo Cândido (2019), é nele que está traçado o planejamento com os objetivos bem definidos e a melhor forma de alcançá-los e como colocá-los em prática.

Para entender o MHCG é preciso saber qual a sua missão, que é apresentada de forma mais completa no Regimento Interno: “promover a interação da sociedade com o patrimônio cultural do município, com ênfase na sua história e memória, através da preservação, pesquisa e comunicação dos bens culturais sob a guarda da instituição” (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2012b, p. 1).

A finalidade ou os objetivos do MHCG são encontrados em três documentos: na Lei de Criação, no Projeto Museológico Museu Campos dos Goytacazes (projeto que foi aplicado em sua criação) e no Regimento Interno. A legislação que cria um museu e o seu projeto de criação definem normas internas e externas, o que a instituição deve fazer e como deve fazer. Já o Regimento Interno trata das normas e questões mais específicas do funcionamento da instituição.

De acordo com a Lei de Criação, o objetivo geral é “abrigar o acervo histórico e moderno relacionado à cultura da região, incentivar a pesquisa, a prática, o desenvolvimento e a difusão das atividades artístico-culturais” (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2012a); e, de forma mais específica, conforme o Projeto Museológico MCG, contribuir para o desenvolvimento educativo e cultural da sociedade; reunir, pesquisar, conservar e comunicar conhecimentos referentes à herança cultural dos diversos grupos sociais, estimulando sua autoconfiança e identidade; incentivar o turismo e valorizar a diversidade cultural da região; familiarizar a população com as diversas atividades culturais da região; articular parcerias com instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, visando gerar recursos técnicos e econômicos para projetos socioculturais; preservar a memória regional; promover cursos, palestras e seminários sobre a história e cultura regional e temas pertinentes e realizar exposições temporárias sobre temas relacionados à arte, história e cultura e suas diversas áreas de influência.

No Regimento Interno, os objetivos relacionados ao funcionamento interno e às questões mais específicas da instituição são: a ampliação do acervo por meio de aquisições e recebimento de doações de bens representativos dos diferentes grupos formadores da sociedade ao longo de sua história; a manutenção, segurança e preservação do acervo em instalações adequadas; a promoção de atividades de pesquisa científica e documentação sobre os acervos e sua relação com o patrimônio cultural da cidade, estimulando a interdisciplinaridade entre diferentes áreas do conhecimento; a garantia de condições de acesso ao acervo existente; o incentivo à difusão dos acervos e à divulgação institucional por meio de exposições, publicações técnico-científicas, ações educativas e atividades culturais correlatas utilizando diferentes veículos de comunicação social; e a manutenção de intercâmbio com entidades similares, oficiais e privadas.

Para que essas ações sejam colocadas em prática e o museu funcione, foram criados quatro cargos que constam na Lei de Criação e fazem parte da estrutura organizacional interna apresentada no Regimento Interno. São eles:

- Assessoria Técnica, coordenada por museólogo e equipe interdisciplinar de profissionais e pesquisadores especializados nas diferentes áreas funcionais do museu. Sua finalidade

é propor, planejar e coordenar a execução de projetos de exposições de longa duração, temporárias ou itinerantes, definindo diretrizes gerais para tanto;

- Assessoria Cultural, composta por um coordenador e quatro monitores. Tem por finalidade a execução dos serviços de implementação e divulgação das atividades culturais do museu;
- Assessoria da Reserva Técnica e Pesquisa, composta por um coordenador e oito funcionários. Sua responsabilidade são a catalogação, a preservação e a guarda do acervo existente no museu e as atividades de pesquisa histórica para subsidiar exposições e projetos especiais;
- Quanto à Assessoria de Comunicação Social, não foram apresentados mais detalhes.

De acordo com a Lei de Criação, a Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão seria responsável pela contratação imediata de especialistas para a ocupação desses cargos de assessoria a fim de que a instituição funcionasse de maneira plena.

No Projeto Museológico Museu Campos dos Goytacazes, pensado e escrito pelos museólogos Carlos Freitas e Evaldo Portela no ano de 2007, além de missão, finalidades e objetivos específicos – já anunciados por outros documentos –, também é apresentada a temática proposta para a exposição de longa duração, o que está previsto como atividades a serem desenvolvidas, serviços que serão oferecidos e como serão ocupados os espaços dentro do solar.

A temática escolhida é identificada na proposta expositiva sugerida: pré-história e colonização, formação da população, ciclos econômicos e comércio, recursos naturais e meio ambiente, sistemas de transportes, vultos históricos, representação política, imprensa e evolução urbana.

Para que fossem cumpridos os objetivos traçados, pensaram-se atividades em quatro áreas de trabalho, que seriam desenvolvidas pelos ocupantes dos cargos criados para o pleno funcionamento do museu. A Assessoria Técnica ficaria responsável pela área de Memória Histórica e Cultural para desenvolver a exposição de longa duração, empregando recursos museográficos como painéis, vitrines, ambientações, dioramas e audiovisuais.

Para a área de Educação Informal e Comunicação, os responsáveis deveriam desenvolver exposições temporárias e itinerantes, trabalhos didáticos para público específico e geral. Palestras, eventos culturais, seminários, jogos e atividades lúdicas e interação com instituições de ensino (fundamental, médio e superior) seriam executadas pela Assessoria Cultural.

Caberia à Pesquisa e Documentação desenvolver um banco de dados, que serviria de instrumento de pesquisa com base nas informações contidas no acervo identificado e organizado e também em coleções externas, estando sob responsabilidade da Assessoria de Reserva Técnica e Pesquisa.

Ressalta-se que nenhum desses setores foram efetivamente criados, e o museu jamais contou com funcionários especializados nos campos de conhecimento, nem em número suficiente para todas essas ações.

A atividade de Preservação do Conjunto Arquitetônico permite a melhor conservação por meio do uso e das vistorias permanentes, porque quando um edifício está ocupado, sendo utilizado principalmente por uma instituição cultural, a observação para com os cuidados é constante.

O projeto também apresenta sugestões para a ocupação do espaço dentro do museu. Com base na análise da planta baixa do solar, realizou-se uma lista do que é necessário e possível para um museu, a fim de garantir o seu bom funcionamento e o atendimento ao público. O MHCG foi pensado da seguinte forma: no térreo, a ocupação seria feita por portaria, salas de exposições temporárias, espaço da memória do edifício, reserva técnica e administração, auditório, cafeteria, elevador e escada, banheiros e espaço alternativo;

no edifício anexo ao térreo, sala de entrada/saída ou livraria, áreas de trabalho e reserva técnica. No segundo andar há um salão nobre na frente (espaço destinado a eventos oficiais), salas de exposição de longa duração e banheiro. Edifício anexo: antiga biblioteca e sala Nilo Peçanha.

Também faz parte de um museu um sistema interno de sinalização – mencionado no projeto, mas sem detalhes –, tanto para localização como para segurança do acervo e do público interno e externo. De acordo com esse documento, a sinalização precisa seguir uma lógica clara, prática e de fácil interpretação, o que proporcionará conforto e segurança ao visitante. As placas indicativas de setores, esquemas expositivos e outros deverão ser padronizadas, e seu material deve ser leve e resistente, como PVC ou alumínio. Apesar do detalhamento proposto, o sistema não foi implantado.

A iluminação museográfica e de trabalho é outro item essencial. Para o MHCG, foram pensados setores expositivos que contarão com a iluminação usual de trabalho e com iluminação específica para áreas expositivas. “Esta iluminação específica precisa seguir padrões de eficiência e praticidade, onde comumente utilizam-se trilhos energizados para ‘spots’” (FREITAS; PORTELA, 2007, p. 9).

De acordo com o Projeto Museológico Museu Campos dos Goytacazes (FREITAS; PORTELA, 2007), essas escolhas temáticas foram pensadas e escolhidas visando não corroborar a ideia de que museu histórico é lugar de “coisa velha”, porque

a disciplina Museologia encontra-se em constante mutação, sobretudo nos últimos 20 anos, onde há uma preocupação maior com a interação com o público, formação de identidade regional, turismo cultural e com a educação patrimonial (FREITAS; PORTELA, 2007, p. 10).

Ainda de acordo com o Projeto Museológico MCG de 2007, as escolhas devem seguir uma linha de atuação em que o visitante é de grande importância para o museu; todo o trabalho desenvolvido deve ser pensando para quem o visita. As orientações técnicas e sugestões visam a um espaço museal atual e dinâmico, e o poder público precisa investir no seu patrimônio material e imaterial a fim de trazer a população em geral para o entorno disso.

Todos os documentos do MHCG apresentados anteriormente apontam, de forma resumida, a missão, os objetivos, o planejamento, a organização etc. do museu, mas o plano museológico – instrumento obrigatório de acordo com o Estatuto de Museus (BRASIL, 2017) –, que é elaborado em um formato muito mais detalhado e preferencialmente de forma coletiva para tornar possível a prática cotidiana dentro do museu (podendo ser revisto, revisado e aprimorado de tempos em tempos), ainda não foi elaborado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se, por meio do estudo realizado com base no levantamento dos dados, que o Museu Histórico de Campos dos Goytacazes pode ter sido criado por influência e/ou cobrança por parte de setores da sociedade campista, os quais demonstraram interesse e preocupação com a preservação do patrimônio histórico do município e por anos pediam um museu municipal e que este fosse instalado no Solar Visconde de Araruama.

O processo para a concepção do museu passou por idas e vindas e por diferentes formulações de como poderia ser concebido ou como seria e quem deveria fazer parte das decisões. Tais questões não são triviais, considerando-se que, nesse processo de ao menos 15 anos, simultaneamente no Brasil se consolidavam as políticas culturais e museais, representadas pelo Estatuto de Museus e pela criação do Instituto Brasileiro de Museus, que

propõem instituições mais democráticas pensadas com base na escuta da sociedade. Pode-se observar que alguns dos principais atores no processo de criação do museu acompanhavam as mudanças no campo, mas não assimilaram completamente esses avanços.

Na leitura dos documentos administrativos, a considerar o ano da elaboração do Projeto Museológico MCG – 2007 –, a percepção que temos é de que a criação do museu de modo a atender aos critérios estabelecidos não foi executada de acordo com o proposto por um dos grupos responsáveis pela cultura local.

Embora o Regimento Interno contenha mecanismos administrativos necessários para o bom funcionamento de uma instituição museológica, como o alinhamento dos setores com profissionais técnicos especialistas na área e em número suficiente para que o equipamento opere de forma adequada, a ausência de concurso e/ou mesmo contratação de pessoal especializado e, mais uma vez, em número necessário não favoreceu o processo. Entendemos que, enquanto os setores estiverem desfalcados ou desalinhados, a realização do trabalho ficará prejudicada.

A abertura do MHCG no Solar do Visconde de Araruama foi o desfecho e o resultado de mais de uma década de mobilização de setores da população campista preocupada com a preservação dos prédios históricos na cidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Legislação sobre Museus:** Estatuto de Museus. 3. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017.

BRASIL. **Política Nacional de Museus** – Memória e Cidadania. Brasília: Ministério da Cultura, 2003.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. **Lei n.º 6.339, de 14 de maio de 1997.** Dispõe sobre a criação do Museu de Campos dos Goytacazes. Campos dos Goytacazes, 14 de maio de 1997. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/c/campos-dos-goytacazes/lei-ordinaria/1997/634/6339/lei-ordinaria-n-6339-1997-dispoe-sobre-a-criacao-do-museu-de-campos-dos-goytacazes-2012-05-10-versao-consolidada>. Acesso em: 5 maio 2020.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. **Lei n.º 8.300, de 10 de maio de 2012.** Dispõe sobre a criação do Museu Histórico de Campos dos Goytacazes e da Superintendência Artística e dá outras providências. Campos dos Goytacazes: Gabinete da Prefeitura, 2012a. Disponível em: <http://www.camaracampos.rj.gov.br/images/legislacao/leismunicipais/cultura/Lei-8.300.pdf>. Acesso em: 5 maio 2020.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. Regimento Interno do Museu Histórico de Campos dos Goytacazes. **Diário Oficial do Município de Campos dos Goytacazes:** Poder Executivo, Campos dos Goytacazes, 10 jun. 2012b.

CAMPOS LEMBRA prédios abandonados. **Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes, 19 maio 1999.

CAMPOS, Orávio de. Museu de Campos prestes a ganhar um abrigo. **Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes, 5 out. 2003. Folha Dois, p. 1.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Gestão de museus, um desafio contemporâneo: diagnóstico museológico e planejamento**. 3. ed. Porto Alegre: Editora Padula, 2019. 240 p.

CHAGAS, Mário de Souza; NASCIMENTO JÚNIOR, José do (org.). **Subsídios para a criação de museus municipais**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/Instituto Brasileiro de Museus e Centros Culturais/Departamento de Processos Museais, 2009. 40 p.

CIRCUITO dos museus em debate na secretaria de cultura. **Prefeitura de Campos**, Campos dos Goytacazes, 10 jun. 2011. Disponível em: https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=7986. Acesso em: 25 jun. 2022.

CRUZ, Clícia. Museu Olavo Cardoso vai receber setores da Fundação Cultural. **J3 News**, 3 jul. 2022. Disponível em: <https://www.jornalterceiravia.com.br/2022/07/03/museu-olavo-cardoso-vai-receber-setores-da-fundacao-cultural/>. Acesso em: 3 jul. 2022.

DIA DO MUSEU. **Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes, 18 maio 2000a.

DIA DO MUSEU. **Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes, 19 maio 2000b.

EMPOSSADO o novo diretor do Museu Solar Monjardim. **Revista Museu**, 11 dez. 2017. Disponível em: <https://www.revistamuseu.com.br/site/br/noticias/nacionais/3854-11-12-2017-empossado-o-novo-diretor-do-museu-solar-monjardim.html>. Acesso em: 25 jun. 2022.

FERREIRA, Denise. Cultura e turismo vão promover seminário sobre museus. **Prefeitura de Campos**, Campos dos Goytacazes, 18 maio 2011. Disponível em: https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=7604. Acesso em: 25 jun. 2022.

FILHO, Telmo. Prefeito fala do processo licitatório de revitalização do centro. **Prefeitura de Campos**, Campos dos Goytacazes, 16 jul. 2010. Disponível em: https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=2526. Acesso em: 25 jun. 2022.

FREITAS, Carlos; PORTELA, Evaldo. **Projeto Museológico Museu Campos dos Goytacazes**. 2007.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Campos dos Goytacazes – Histórias & Fotos**. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dos-goytacazes/historico>. Acesso em: 8 jun. 2022.

ICOM - CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS. **Definição de museu**. Disponível em: <https://icom.museum/es/recursos/normas-y-directrices/definicion-del-museo/>. Acesso em: 6 out. 2020.

INEPAC - INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL. **Patrimônio Cultural – Bens Tombados**. 2020. Disponível em: http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/detalhar/71. Acesso em: 20 set. 2020.

LIVE – 8 anos do MHCG. 21 jun. 2020. Vídeo *online* (2h2min). Facebook: <https://www.facebook.com/museuhistoricodecampos/>. Transmissão ao vivo e gravada via Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/museuhistoricodecampos/videos/2547556005510175>. Acesso em: 21 jun. 2020.

MACHADO, Wesley. Secretarias e fundações planejam circuito cultural de museus. **Prefeitura de Campos**, Campos dos Goytacazes, 22 jun. 2011. Disponível em: https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=8155. Acesso em: 10 ago. 2022.

MAITAN, Emilly. Solar Visconde de Araruama e patrimônio cultural de Campos. **Prefeitura de Campos**, Campos dos Goytacazes, 5 set. 2011. Disponível em: https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=9255. Acesso em: 25 jun. 2022.

MANIFESTAÇÃO pelo Dia Mundial do Museu marca manifesto por carta. **A Notícia**, Campos dos Goytacazes, 16 e 17 maio 1999.

MATTOS, Yára. Ecomuseu, desenvolvimento social e turismo. **Jornal Quarteirão**, p. 6-7, 2006.

MUSEU VAI ter acervo preservado com apoio científico da UENF. **Monitor Campista**, Campos dos Goytacazes, 14 jul. 1997.

NAGIMI, Mateus. Passado, presente e futuro. **Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes, 9 out. 2005. Folha Dois, p. 1.

NOVO ABRIGO da história. **Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes, 22 set. 2002. Folha 2, p. 2.

PREFEITO de Campos é afastado sob suspeita de fraude. **G1**, 11 mar. 2008. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL346078-5606,00-PREFEITO+DE+CAMPOS+E+AFASTADO+SOB+SUSPEITA+DE+FRAUDE.html>. Acesso em: 25 jun. 2022.

RIBEIRO, Eduardo. Rosinha inaugura restauração do Solar Visconde de Araruama. **Prefeitura de Campos**, Campos dos Goytacazes, 23 dez. 2011. Disponível em: https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=11184. Acesso em: 25 jun. 2022.

SILVA NETO, Romeu *et al.* (org.). **Campos dos Goytacazes Perfil 2018**. Campos dos Goytacazes: Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, s. d. Disponível em: <https://www.campos.rj.gov.br/newdocs/1542233062PERFILCAMPOS2018.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2022.

TEIXEIRA, Simonne. Arquitetura Eclética em Campos dos Goytacazes. In: TEIXEIRA, Simonne. **Contribuições à prática pedagógica para educação patrimonial**. Campos dos Goytacazes: Aduenf, 2008a. 76 p.

TEIXEIRA, Simonne. **Memória regional**: a recuperação de um acervo por historiadores. Acervo Museu Campos dos Goytacazes, 2008b.

UENF MOBILIZA prefeituras, câmaras, fóruns e museus para preservar documentos. **Monitor Campista**, Campos dos Goytacazes, 19 dez. 1996. Social, p. 6.